BRDFAN,BSB ZD.JB.14,P.1/4

CONFIDENCIAL

ESTADO DO PARANA
DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

INFO 0007/81-SI/DPF/FI/PR

DPF/FIG/PR. Seção de Informações

21.09.81

TENSÃO NA ÁREA RURAL DE FOZ DO IGUAÇU - FAMÍLIA SCHIMMELPFENG VERSUS POSSEIROS.

NOTÍCIAS DO "JORNAL DO BRASIL" DE 09 E 1/09/81.

SI/DPF/FI/PR

.-.-.-.-.-.-.-.-.-

.-.-.-.-.-.-.-.-.-

SI/SR/DPF/PR

.-.-.-.-.-.-.-.-.-

1. A tradicional família Schimmelpfeng foi a primeira a habitar a localidade de LOTE GRANGE, município de Foz do Iguaçu, embora o Título que aquela família possui esteja sendo contestado pelo Advogado dos posseiros, Alvaro Wendhausen de Albuquerque.

2. Em 1980 foi intentada pela família ação de reintegração de posse.

3. O Juiz Roberto Sampaio da Costa Barros, assumiu em 1977, não levou em conta má fé dos posseiros-pois as benfeitorias foram construidas depois de intentada a ação-fez um balanço entre o que os posseiros teriam que pagar à família Schimmelpfeng e descontou o valor das benfeitorias, restando débito por parte dos posseiros de ..... 9.363.000,00.

4. O Tribunal de Justiça confirmou a sentença do Juiz em 26/05/80, a família intentou execução da sentença de que resultou prazo para despejo, vencido no última dia 28 de agosto.

5. Houve contato verbal entre o presidente do Tribunal e o Juiz, / ocasião em que foi ventilado o possivel envio de força policial

CONFIDENCIAL

CONTINUA.....

20.18.14,p.2

(127)

CONFIDENCIAL

DA INFORMAÇÃO Nº 0007/81-SI/DPF/FI/PR.

DPF/FIG/PR. Seção de Informações

tendo o Juiz desaconselhado essa medida, por enquanto, devido a negociações que estão sendo mantidas entre o advogado dos ' posseiros Dr. Alvaro, a CJP de Curitiba atráves seu representante Wagner D'Angelis e com assistência do INCRA.

6. São 26 familias num total de 119 pessoas que estão na área / contestada.

7. Alguns desses posseiros realmente afirmaram algumas vezes sua disposição de não sair da área nem à força e que se houver / mortes " não restará nenhum Schimmelpfeng vivo".

8. O INCRA acaba de oferecer-lhes uma área entre os municipios de Mafra/SC e Rio Negro no sudeste paranaense, estando em estudo essa proposta.

9. O Advogado Alvaro W. Albuquerque presidiu a Sub-Seção local da OAB por seis anos, sendo o mais conceituado nesta cidade, não podendo ser considerado "de esquerda".

10. O pastor luterano Werner Fuchs de Santa Helena-PR e secretário da CPT-PR tornou-se conhecido quando das desapropriações procedidas por ITAIPU com o objetivo estratégico de eleger-se deputado estadual assim como o seu colega pastor luterano deputado Gernot Gilberto Kirinus.

- -

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento deste assunto fica responsável pela manutenção de seu sigilo (art. 12 - Dec 79.099/77 - RSAS)

CONFIDENCIAL

ZO-1B.14.P.3

(12)

"JORNAL DO BRASIL" DE 10.09.81

DOPS

URGENTE

Pastor reúne os expulsos de Itaipu

Curitiba — Posseiros, lavradores, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e agentes das Comissões Pastoral da Terra e Justiça e Paz estarão reunidos até domingo, em Telêmaco Borba, Norte do Paraná, para discutir e relatar os problemas relativos à posse de terras e desapropriações pelas hidrelétricas, no Estado.

A informação é do Pastor Werner Fuchs, da Igreja Evangélica Luterana, secretário da CPT-PR e um dos líderes do movimento dos 6 mil desapropriados pela hidrelétrica de Itaipu. Ele assegurou: "A Igreja não promove conflitos sociais e não provoca confrontos com o regime." Observou no entanto que "as lutas acontecem e a Igreja está ao lado do povo. Logo, se o Governo está contra o povo, também está contra ela".

INTIMIDAÇÃO

Para o Pastor Werner Fuchs, a intenção do Senador Jarbas Passarinho, ao acusar a Igreja de promover contestação ao regime e de optar — em alguns setores — pelo socialismo é "desmoralizar e desmobilizar a Igreja, seguindo a linha do próprio regime, já defendida anteriormente pelo ex-Ministro Golbery do Couto e Silva em palestra da ESG".

— Esta tentativa de intimidação é inútil — garantiu — porque a Igreja é a força que dá apoio ao posseiro sem terra e está disposta a se empenhar na defesa de seus direitos. Povo e Igreja estão unidos pela angústia e este laço é mais forte do que qualquer ameaça.

Através do diálogo e movimentos de protesto, o Pastor Werner Fuchs, sediado na paróquia de Santa Helena, Oeste do Paraná, conseguiu que a Itaipu Binacional reajustasse o preço pago pelas terras que desapropriou a níveis de mercado — providência inédita neste tipo de obra, no país.

ZD.1B.84,P.4/4 (129)

À DOPS, solicitando se o profundo urgente e comunicar à DOPS de Brasília.

10.09.81

Delegado CARLOS ALBERTO GARCIA
Coordenador Regional Policial
DPF/PR

-feira, 9/9/81 □ JORNAL DO BRASIL

tos de terra

DOPS — CRP

Juiz atende Igreja e não envia polícia

Curitiba — O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Eliantho Camargo, está retendo o envio de forças policiais para executar o despejo de 17 famílias de posseiros da localidade de Lote Grande, Município de Foz do Iguaçu, atendendo pedido da Comissão de Justiça e Paz do Paraná e do Bispo-Auxiliar de Curitiba, Dom Albano Cavalin.

O pedido foi feito pelo juiz de Foz, Roberto Costa Lima, para fazer cumprir a sentença de despejo cujo prazo venceu dia 28 de agosto. Mas os agricultores garantem que lutarão até o fim para permanecerem nas terras. O Desembargador atendeu solicitação da CJP através de seu representante, advogado Wagner d'Angelis, e de D Albano, a fim de garantir um prazo maior para negociação de uma solução junta ao Governo do Estado.

Terão que pagar

O Juiz Roberto Costa Barros admite que o envio de policiais poderá gerar graves problemas — "inclusive mortes" — mas, segundo ele, a responsabilidade será dos posseiros, pois a questão do despejo já foi homologada pelo tribunal. O único ponto que se pode discutir refere-se às benfeitorias. Conforme sua sentença, cada agricultor terá que pagar cerca de Cr$ 1 milhão à família Schmmielbseng, que venceu a questão judicial e obteve a posse da área.

As 17 famílias de posseiros adquiriram suas propriedades em 1961 através de recibos emitidos por antigos moradores da área. A família Schmmielbseng possui título mais antigo que a data de entrada dos posseiros na região. A ação foi impetrada em 1975, e o Juiz considerou "má fé" dos agricultores a instalação de benfeitorias a partir do início da ação.

O advogado Wagner D'Angelis acha, porém, que as benfeitorias foram instaladas para garantir a produtividade agrícola: "Neste caso, não se pode aplicar o Código Civil, mas o Estatuto da Terra, que garante a estabilidade para quem produz e vive na propriedade."

A família Schmmielbseng venceu a questão ano passado, quando o tribunal não reconheceu a alegação dos posseiros, que afirmavam existir erro geográfico.